

JUVENTUDE E TRABALHO: uma análise da implementação do Projovem Urbano no município de Vitória da Conquista

Flávia Cristina Batista Caires¹

Sheila Cristina Furtado Sales²

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa de natureza qualitativa. Tem como foco principal a compreensão de como ocorreu o processo de implementação do Projovem Urbano no município de Vitória da Conquista, por meio das duas dimensões do Programa Formação Básica e Qualificação Profissional. A pesquisa empírica foi realizada com a utilização de análise documental, grupo focal e entrevista em profundidade. Conclui-se, neste estudo, que as políticas públicas de juventude que objetivam a qualificação profissional apresentam mediações entre as propostas educativas e as realidades do trabalho no âmbito da acumulação flexível. Essa pedagogia das competências inculca nos indivíduos que o problema depende de cada um: trata-se de adquirir o pacote de competências que o mercado exige para o novo cidadão produtivo.

Palavras-chave: Juventude. Trabalho. Projovem Urbano.

1 Professora assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *Campus* de Vitória da Conquista. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Políticas e Práticas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (GEPHEJA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração Política (GEPAP). E-mail: flaviacaires5@gmail.com.

2 Professora titular da UESB, *Campus* de Vitória da Conquista e professora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da mesma universidade (PPGE/UESB). Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: scfsales@gmail.com.

YOUTH AND WORK: an analysis of the implementation of the Urban Projovem in Vitória da Conquista city

ABSTRACT

This study is a qualitative research. Its main focus was understanding how the process of implementing Projovem Urbano in Vitória da Conquista city, through the two dimensions of the program: Basic Education and Vocational Training. The empirical research was conducted with the use of document analysis, focus groups and in-depth interview. It can be concluded in this study that public policy aimed at youth vocational skills have mediations between the educational proposals and the realities of working in the context of flexible accumulation. This pedagogy of skills inculcated in individuals that the problem depends on each one, it is to acquire the package of skills that the market demands for the new productive citizen.

Keywords: Youth. Work. Projovem Urbano.

JUVENTUD Y EL TRABAJO: un análisis de la aplicación de la Projovem urbana en la ciudad de Vitória da Conquista

RESUMEN

Este estudio es una investigación cualitativa. Su principal objetivo era entender cómo el proceso de implementación de Projovem urbana en la ciudad de Vitória da Conquista, a través de las dos dimensiones del Programa Basic y Cualificación Profesional. La investigación empírica se llevó a cabo con el uso de análisis de documentos, grupo focal y la entrevista en profundidad. Se puede concluir de este estudio que las políticas públicas para la juventud dirigidas a la cualificación profesional tienen mediaciones entre las propuestas educativas y las realidades del trabajo en el contexto de la acumulación flexible. Este habilidades pedagogía inculcados en los individuos que el problema depende de cada uno: es para adquirir el paquete de habilidades que demanda el mercado para el nuevo ciudadano productivo.

Palabras clave: Juvenil. Trabajo. Projovem urbana.

Introdução

Nas sociedades contemporâneas, nesse início do século XXI, o mundo experimenta um extraordinário aumento da população jovem em várias nações, especialmente nas mais pobres. Nessa “onda jovem”, é possível afirmar que o maior contingente de adolescentes em vulnerabilidade social encontra-se nos países de “terceiro mundo”. Em função disso, a questão da juventude ganha respaldo e entra na agenda governamental de vários países, principalmente os da América Latina, muitas vezes sob a tutela de organismos internacionais, os quais constam como principais financiadores das políticas públicas voltadas para a educação, como o World Bank, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (MAINARDES, 2006).

Nesse contexto, a juventude ingressa na pauta no Brasil, ganha *status* de problema político e entra na agenda governamental a partir da década de 1990. Contudo, nos anos 2000, o Brasil era visto, segundo Papa e Freitas (2011), no cenário internacional como “atrasado” na constituição de políticas públicas de juventude (sendo que somente a partir de 2005 o país construiu uma experiência nesse campo), seja pelo fato de não ter nenhuma institucionalidade governamental ou pelo fato de ainda existir no imaginário social a concepção de juventude como “problema social”.

Destacam-se as criações da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Outro aspecto importante para o fortalecimento dessa institucionalidade foi a promulgação, em julho de 2010, da Proposta de Emenda à Constituição 42/2008, a chamada “PEC da Juventude”, que insere o termo “juventude” e estabelece a faixa etária de 15 a 29 anos para essa população (CARRANO, 2011), e a aprovação do Estatuto dos Direitos da Juventude, em 05 de outubro de 2011 (PAPA; FREITAS, 2011).

O Projovem Urbano, uma das modalidades do Projovem Integrado, caracterizou-se como o carro-chefe das políticas públicas de juventude, o que, segundo a Secretaria Nacional de Juventude (BRASIL, 2011), ampliou a visão do Governo Federal sobre a sua importância na construção da democracia e permitiu ao Estado avançar na superação da antiga visão de “jovem problema” para o reconhecimento dos “jovens como sujeitos de direitos”.

Metodologia

Este estudo configura-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, pois, segundo Gil (2008, p. 47), esse tipo de pesquisa vai “além da simples identificação da existência de relação entre variáveis, pretendendo determinar a natureza destas relações”, ou seja, tem como objetivo, além de descrever as características de determinada população ou fenômeno, levantar opiniões, atitudes, crenças e práticas desse grupo.

Fizeram parte da pesquisa os seguintes sujeitos: 1 (um) membro do comitê gestor local, 2 (dois) membros da coordenação local e 6 (seis) educadores do programa. Todos foram escolhidos por terem participado das duas entradas³ do programa. De acordo com a natureza da investigação, foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de materiais: grupo focal, entrevista guiada e análise documental.

Especificamente, as entrevistas guiadas foram realizadas com um membro do comitê gestor local: o secretário da Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda (ADTR), pois, além de ser o coordenador do comitê gestor, estava à frente da Secretaria e tinha uma articulação mais próxima com a coordenação local do programa; e com os membros da coordenação local: a pedagógica e a executiva,

3 Cabe esclarecer que o termo “entrada” é utilizado pela coordenação nacional para definir o grupo de turmas que iniciou as atividades do programa em determinado momento. Por exemplo, a referência para este estudo é a 1ª entrada e a 2ª entrada, ou seja, trata-se do primeiro grupo de municípios/turmas do Projovem Urbano que começou a funcionar em setembro de 2008 e terminou em abril de 2010; a segunda turma teve início em maio de 2010 e terminou em novembro de 2011. Salienta-se, porém, que no município convencionou-se chamá-las de primeira etapa (2008/2010) e segunda etapa (2010/2011) respectivamente.

as quais foram escolhidas em virtude do importante e específico papel que exerceram na gestão da implementação do programa nos anos de 2008 a 2011.

O grupo focal foi escolhido como técnica a ser aplicada com os educadores do programa por dois motivos: primeiro, para que esses agentes implementadores pudessem interagir, trocar experiências, compartilhar a sua atuação no programa, além de deixarem transparecer suas inquietações, frustrações e expectativas; o segundo, pela possibilidade de criar um clima de descontração e troca de experiências.

Para a análise dos materiais coletados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo referenciada por Laurence Bardin (1977, p. 42): “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Construindo uma noção de juventude(s)

Inicialmente, é necessário admitir que não é fácil definir o termo juventude, porque ele é diverso e paradoxal. Segundo Abramo (2005, p. 41), tal como foi consolidado pelo pensamento sociológico, “a juventude nasce na sociedade moderna ocidental como um tempo a mais de preparação, para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe”. Esse “tempo a mais” é entendido como um período de passagem, transição, ambiguidade e tensão potencial, compreendido como um adiamento dos deveres e direitos da produção, reprodução e participação social.

Esse tempo de interregno, de preparação, essa **moratória social** discutida por Margulis e Urresti (1996) é um tempo a mais dado aos jovens para melhor se prepararem para sua inserção na vida adulta e, conseqüentemente, em tudo que lhe é dever, tal como: produção (sustentar a si próprio e a outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (nas decisões, nos deveres e nos direitos que regulam a sociedade).

Para Pais (1990), corroborando as ideias de Bourdieu (2003), a juventude é uma categoria socialmente construída e, portanto, manipulada e manipulável. Por ser uma construção social, ao longo da história criaram-se suas representações sociais: o que habita no imaginário social é uma percepção de juventude como momento de preparação, assim o jovem torna-se um **vir a ser**, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. Nessa perspectiva, ela seria um **tempo de liberdade**, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos. Em outra noção, é vista como um **momento de crise**, uma fase difícil, dominada por conflitos com a autoestima e/ou com a personalidade.

Essas imagens convivem com outra, ou seja, **a juventude vista como problema social**, como a violência, o alto consumo de drogas, a gravidez precoce e os índices altíssimos de homicídios entre os jovens são fenômenos que contribuem para esse estigma. Nesse sentido, os adolescentes são vistos como um fardo, que precisam ser educados e capacitados para sua reinserção social. Segundo Pais (1990), o desemprego constitui-se como um dos traços específicos da juventude de hoje, visto que, ainda de acordo com esse autor, as carências como dificuldade para sustentar o lar, encontrar e permanecer em um emprego e manter um relacionamento afetivo podem se converter em uma fonte de conflitos e aborrecimentos.

Diante dos vários sentidos atribuídos a esse segmento, como falar em juventude considerando-a uma categoria social homogênea? Seria mais interessante partir do pressuposto de que ela “pode ser tomada tanto como uma **unidade** (quando referida a uma fase da vida), como ser tomada no sentido de conjunto social obviamente diversificado” (PAIS, 1990, p. 150, grifo nosso).

Conforme Pais (1990, p. 152, grifo nosso), a corrente geracional “toma como ponto de partida a noção de juventude quando referida a uma **fase da vida**, e enfatiza, por conseguinte, o aspecto unitário da juventude”. Essa visão apresenta algumas características comuns, em especial a faixa etária, porém, por trás dessa aparente unidade se

apresenta uma diversidade de experimentações que são vivenciadas de acordo com fatores culturais, políticos e econômicos.

Para esse autor, existe uma **cultura juvenil** específica, todavia para um grupo geracional definido em termos etários. Por cultura juvenil Pais (1990, p. 163) define como “sistema de valores socialmente dominantes atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase da vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais”.

Corroborando às ideias de Pais (1990), Dayrell e Carrano (2014, p. 116) entendem as **culturas juvenis** “como expressões simbólicas da condição juvenil, que se manifestam na diversidade em que essas se constituem, ganhando visibilidade por meio dos mais diferentes estilos, que têm no corpo e no visual uma das suas marcas distintivas”. Nesse sentido, os jovens, ao trocarem uma ideia, ouvirem um som, dançarem, dentre outras diferentes formas de lazer, constroem sua identidade juvenil.

Segundo o Censo 2010, a população jovem no Brasil na faixa etária de 15 a 29 anos era de 51,3 milhões e, deste total, 85% vive nas zonas urbanas e pertencem a famílias com **renda per capita** de um salário mínimo. Podemos constatar, desse modo, que a grande maioria dos jovens brasileiros está em setores empobrecidos, com baixos níveis de escolaridade, trabalho precário, desemprego. Esses indicadores sociais mostram que as juventudes não são apenas muitas, e sim são constituídas por múltiplas dimensões e existências que não determinam, mas condicionam um leque de oportunidades de vivências da condição juvenil.

Na discussão aqui proposta assumimos a noção de jovem como **sujeito social** (DAYRELL, 2003, grifo nosso), que age no e sobre o mundo, pensa, sente, deseja. Com esse novo olhar, os problemas sociais que os afligem são vistos como expressão de necessidades e demandas não atendidas. Assim sendo, são reconhecidos como **sujeitos de direitos**.

Juventude e trabalho

A relação entre o jovem e a sua inserção no mercado de trabalho vem sendo uma fonte de estudos largamente solicitada para o desenvolvimento de políticas orientadas para a inserção deles no mercado de trabalho e encontra-se hoje confrontada com vários aspectos essenciais: a) a crise econômica das sociedades ocidentais, em especial a reestruturação produtiva do capital; b) paralelamente a estas transformações de ordem econômica, apresentam-se também as transformações dos modos de vida individuais, familiares e sociais; c) os jovens aparecem como protagonistas dessas transformações, tanto pela crise econômica quanto pelas transformações dos modos de vida.

A convergência de todos esses fatores criou para os jovens uma situação difícil, visto que eles sentem a ameaça do desemprego e a falta de perspectivas profissionais. Pais (1991) enumera alguns fatores que contribuem para esse processo: a) **compressão do emprego juvenil** e conseqüente aumento do desemprego, em especial entre os jovens, proporcionado pelo desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à produção; b) **inflexibilização laboral** ocasionada pela falta de uma política de flexibilização laboral, ocasionando uma precarização do trabalho juvenil; c) **periferização dos jovens em torno do mercado de trabalho secundário**, já que a falta de emprego leva-os a procurarem trabalhos nos setores subalternos da economia; d) **crescente segmentação do mercado de trabalho**, considerando idade, sexo e tipo de trabalho. Sendo assim, no segmento idade, teríamos uma concorrência entre os jovens e os não jovens, o que denunciaria a grande dificuldade de inserção dos primeiros em empregos.

Segundo Pais (1991, p. 954), “de fato é possível admitir que, pelo contrário, dadas as presentes dificuldades de obtenção de emprego e mais ainda de mantê-lo, os jovens acabam dando uma maior importância à inserção profissional”. Isso se deve pelo fato de que muitos deles têm no trabalho a oportunidade para os desfrutes imediatos da vida, o sustento da família e a moradia própria. Porém, é importante salientar que as maneiras como eles vivenciam a inserção laboral não

podem ser generalizadas, pois o modo como cada um percebe o trabalho depende da sua forma de ver e viver a vida: por exemplo, para alguns, o que mais conta é o trabalho como mera fonte de dinheiro; para outros, conta mais a carreira profissional ou emprego estável e assim por diante (PAIS, 1991).

Para justificar a precarização do trabalho juvenil e a sua difícil inserção profissional, Pais (1991) apresenta a tese da inadequação da escola ao mercado de trabalho e da alergia dos jovens ao trabalho. De acordo com a primeira, o intervalo entre a escola e o trabalho é justificado pela necessidade do jovem de se especializar mais e ainda melhor: qualificar-se para, só depois, fazer sua inserção profissional. Para Pais (1991), essa tese não responde adequadamente às demandas juvenis, pois não leva em consideração qual a percepção deles sobre sua inserção profissional nem como eles veem o trabalho e o emprego.

Já a segunda tese justifica a dificuldade de inserção profissional pelas dificuldades de adaptação dos jovens a um modo de vida muito distinto do da vida de estudante, isto é, “às dificuldades de adaptação a um novo modo de vida regulado pela disciplina do trabalho, pela rigidez de horários, pela ausência da convivialidade com amigos” (PAIS, 1991, p. 961). Dessa forma, segundo a tese da **alergia dos jovens ao trabalho**, esses rejeitam a ética tradicional do trabalho, o que implica não ver mais o trabalho como “dever cumprido”, afastando o mito da realização pessoal e profissional por meio dele, e sim passam a vê-lo como uma função instrumental, manifestando paralelamente indiferença ou resignação em relação às escolhas profissionais.

Conforme argumenta Pais (1991), tanto uma tese quanto a outra abusam de generalizações, pois tomam os jovens como um conjunto homogêneo no qual todos seriam afetados pela inadequação da escola ao trabalho e quanto à “alergia” ao trabalho. Em contraposição a elas, Pais (1991) propõe uma nova teoria, menos assertiva em relação às semelhanças no que respeita a algumas das suas atitudes e representações: a das **reações diferenciadas dos jovens em relação ao trabalho**, ao emprego e ao desemprego.

Diante do que nos apresenta o autor, as percepções que os jovens têm sobre trabalho e emprego e as suas estratégias de inserção profissional dependem de um conjunto diversificado de fatores, ou seja, não são apenas os externos (mercado de trabalho, estruturas de oportunidades etc.) que determinam suas trajetórias laborais, mas também os internos (indivíduo e família).

Corroborando as ideias de Pais (1991), há as proposições de Guimarães (2005) sobre o sentido atribuído pelos jovens ao trabalho: para essa autora, a ética do trabalho vem sendo gradativamente substituída pela “estética do consumo”, a qual gratifica a diversidade das experiências ocupacionais. Conforme Guimarães (2005, p. 156), “o trabalho (subjetivamente) atraente passa a ser aquele capaz de produzir não a mera satisfação (ética) pelo dever cumprido, mas a almejada gratificação (estética) pelo desempenho de atividades interessantes e refinadas”.

A situação de desemprego toma diferentes feições, porque a precariedade de trabalho e o desemprego não são vividos nem imaginados de forma homogênea pelos jovens de diferentes condições sociais e as próprias saídas ao desemprego diferem segundo as suas trajetórias sociais. De acordo com Pais (1991, p. 968), “a precariedade laboral e o desemprego não são vividos nem imaginados da mesma maneira pelos jovens de diferentes classes sociais e as próprias saídas ao desemprego diferem segundo as suas trajetórias sociais”.

Os jovens das classes populares veem o trabalho como forma de obterem sua autonomia financeira, como fonte de libertação ou de realização pessoal, porque para eles ter um trabalho representa um estatuto normal de existência; desse modo, o desemprego é vivido com angústia e temor. Estar empregado, para os jovens das classes populares, é uma maneira de se sentir **incluído socialmente**, pois o trabalho assalariado é um dos mais importantes meios de integração social. Por isso, então, de forma geral, a dessocialização provocada pelo desemprego parece ser mais sentida pelos jovens das classes populares, em torno dos quais são criadas maiores expectativas de rápida inserção no mercado de trabalho.

As transformações advindas da reestruturação produtiva do capital moldam uma nova configuração do mercado de trabalho e impõem aos jovens novas formas de inserção produtiva, quase sempre precarizadas, o que os leva a aderirem a novas formas individuais, familiares e sociais, ou seja, novos modos de vida.

Nos estudos de Kuenzer (2006) sobre a educação profissional nos anos 2000, há uma advertência para a realidade da qualificação profissional do Brasil: de acordo com essa autora, a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a qualificação profissional apresentam mediações que articulam as propostas educativas e a realidade do trabalho no âmbito da acumulação flexível⁴. Para ela, na pedagogia atual do trabalho,

[...] do ponto de vista do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já do ponto de vista da educação, estabelece-se um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas “professadas” na direção da democratização, aumenta a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão, nem permanência (KUENZER, 2006, p. 879-880).

No modelo de acumulação flexível, o mercado de trabalho exclui o jovem pouco escolarizado e pouco qualificado para incluí-lo em postos de trabalho reconfigurados. Para tanto, ele necessita desenvolver competências específicas, não muito complexas, mas que tenham como características a flexibilidade, a criatividade, que seja capaz de resolver problemas, seja pró-ativo e consiga assumir múltiplas funções. A pedagogia das competências tem a função de qualificá-lo para o perfil

4 Toyotismo ou acumulação flexível é um modo de produção que sucedeu o Fordismo a partir da década de 1970. É caracterizado por romper com o padrão fordista de produção em massa, que se destacava pela estocagem máxima de matérias-primas e de produtos maquinofaturados. Com esse novo modo de produção, a fabricação passou a não prezar mais pela quantidade, mas pela eficiência: produz-se dentro dos padrões para atender ao mercado consumidor, ou seja, **a produção varia de acordo com a demanda** (KUENZER, 2006; FRIGOTTO, 2004).

solicitado pela nova configuração do mercado de trabalho, a fim de incluí-lo de forma precária em postos subalternos da economia.

Nesse cenário, a educação é chamada para desempenhar um papel essencial no conjunto das estratégias de controle social do capital. Sua ênfase, como solução individual, produz uma precarização da vida. Nesse movimento dialeticamente contrário, a escola inclui, aumenta seu campo de atuação, porém não se preocupa com a qualidade, e sim com a possibilidade de elevação da escolaridade do jovem por meio da certificação, porém não assegura nem a inclusão nem a permanência. E as políticas públicas, nesse contexto, estariam subordinadas à lógica do capital de excluir para incluir, seja na relação com o mercado de trabalho ou em referência à educação. Este cenário é essencial para o desnudamento das atuais políticas de inclusão social, em particular daquelas destinadas aos jovens.

Como aponta Frigotto (2004), uma sociedade classista como é a brasileira, considerando o afastamento das possibilidades de igualdade material vivenciada pelos jovens nos últimos anos, impede de pensar somente dentro da ordem do simbólico. Portanto, a inclusão dos excluídos parece constituir um fenômeno das relações sociais impostas pelo padrão de acumulação flexível. Assim, “cabe ressaltar então que a questão central não é de caráter individual, nem primeiramente de gênero, de raça, mas de classe social” (FRIGOTTO, 2004, p. 193). Ainda segundo o autor, a inserção precoce no mercado de trabalho formal ou informal (bem como a sua qualidade), o acesso ou não à escola (e suas características) estão ligados à origem social dos jovens.

As diferentes possibilidades e o alcance de políticas públicas para fazer frente aos problemas acima discutidos em relação ao jovem e sua relação com o trabalho e a educação estão inscritos na compreensão da fase atual do capitalismo e suas particularidades na sociedade brasileira. Isso permite rejeitar tanto a naturalização do trabalho precoce como a educação dual, e instrui a não acreditar que tais problemas são apenas conjunturais, mas também estruturais apresentados pela face atual da crise do capital, o que implica a condução de políticas públicas

que ataquem essas estruturas. Do contrário, haverá políticas públicas focalizadas e assistencialistas para a “administração e controle da pobreza” (FRIGOTTO, 2004).

Trajetória PPJ no município de Vitória da Conquista

Situado no Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista tem uma população de 306.866 habitantes e é o terceiro município mais populoso do estado (IBGE, 2010). No “Mapa da Violência 2013 – Homicídios e Juventude no Brasil”, a cidade aparece na 13ª posição referente ao número de homicídios de jovens baianos e na 54ª no nível nacional. Em 2011, o documento apresentou os seguintes dados: dos 310.129 habitantes, 57.879 eram jovens de 14 a 25 anos, ou seja, 18,66% dos moradores (WAISELFISZ, 2013).

A trajetória da institucionalização das Políticas Públicas de Juventude (PPJ) no município se deu a partir da execução do Projeto Juventude Cidadã⁵, executado em 2006/2007. Essa foi a experiência mais exitosa em Vitória da Conquista, tendo uma grande repercussão em vários setores da sociedade civil, organizações sociais, iniciativa privada e, principalmente, entre os movimentos sociais do município e região – em virtude da promulgação da Lei Municipal nº 1461/2007, a qual dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Juventude, vinculado à Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda (ADTR), sendo alterada em outubro de 2013 pela Lei nº 1942/2013.

Desde então, o Conselho Municipal de Juventude passou a ser vinculado à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico de Vitória da Conquista (SEMTRE),

5 O Projeto Juventude Cidadã foi coordenado pela Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda (ADTR), financiado com os recursos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Seu objetivo geral é oferecer aos jovens de 16 a 24 anos oportunidades formativas inovadoras e criativas de desenvolvimento pessoal, social e profissional para o exercício pleno da cidadania, mediante a formação integral, aliada à vivência concreta da prestação de serviços voluntários à comunidade, qualificação socioprofissional e inserção na atividade produtiva. O perfil de entrada era especialmente ser jovem oriundo de projetos sociais e com renda mínima inferior a meio salário mínimo por pessoa. Para sua execução, foi necessário montar uma infraestrutura para salas de aula em 15 regiões censitárias para 2.336 jovens e em 11 distritos da zona rural para 709 jovens, somando 3.045 jovens atendidos (SANTOS; CAIRES, 2007, p. 94-97).

no âmbito da Coordenação Municipal de Juventude; da realização da I Conferência de Políticas Públicas de Juventude no ano de 2007; da execução em 2008 do Projovem Urbano; da criação da Coordenação Municipal de Juventude pela Lei Municipal nº 1873/2013, a qual dispõe da criação da Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico de Vitória da Conquista (SEMTRE), em substituição à ADTR, criando também essa coordenação.

O Projovem Urbano é uma das modalidades do Projovem Integrado, de iniciativa do Governo Federal, coordenada até 2011 pela Secretaria Nacional de Juventude (CNJ) e pelo Ministério da Educação (MEC) a partir do ano de 2012. Foi legalmente instituído pela Lei nº 11.129 (BRASIL, 2005a) e regulamentado pelo Decreto nº 5.557 (BRASIL, 2005b). Seu público-alvo é formado exclusivamente por jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas não concluíram o Ensino Fundamental, os quais recebem um auxílio de R\$ 100,00 mensais, desde que frequentem pelo menos 75% das aulas e entreguem 75% dos trabalhos solicitados pelos professores.

Assumido como um programa de caráter emergencial e experimental, tem como **finalidade primeira** proporcionar formação integral por meio da efetiva associação entre: **Formação Básica** para a elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; **Qualificação Profissional**, com certificação de formação inicial; **Participação Cidadã**, com a promoção de experiência por atuação social na comunidade (BRASIL, 2008a, grifo nosso).

O Programa de Parceiras de Investimentos (PPI) também apresenta o trabalho como princípio educativo. Na concepção proposta por esse documento, lê-se o seguinte:

Trabalho como uma prática social específica, de caráter histórico e cultural, por meio da qual o ser humano constrói suas condições de existência. [...] Na concepção desse programa, a Qualificação Profissional, considerando também a dimensão subjetiva do trabalho, remete ao desenvolvimento de habilidades, ao auto-conhecimento [sic], à

sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional, que possa assegurar renda aos jovens participantes e levá-los à autonomia (BRASIL, 2008, p. 58, grifo do autor).

Nota-se que o trabalho, na perspectiva do PPI, demonstra uma contradição, isto é, concebe trabalho como uma produção humana, e não apenas como uma das suas vertentes, como o assalariado, o que faz pensar que de fato a qualificação profissional proferida pelo projeto tem a intenção primordial de preparar o jovem para o mundo do trabalho, inclusive problematizando as suas relações sociais e o emprego como possibilidade de inclusão.

Ao mesmo tempo em que o PPI estabelece como objetivos da qualificação profissional do Programa com o desenvolvimento de habilidades (a realização do trabalho como “dever cumprido” e a preparação para o mercado de trabalho precário, mediante de iniciativas de cooperativismo e associativismo), ele apresenta contradição entre duas concepções de trabalho: a primeira como uma produção humana que o diferencia de outros animais, e a segunda sob a forte ética tradicional do trabalho produzido pelas sociedades modernas, baseado na ideologia neoliberal, como algo que dignifica o homem. Assim, se este não tem acesso, naturalmente não está incluído, não é cidadão.

A percepção dos sujeitos/atores sobre a dimensão da qualificação profissional do Projovem Urbano em Vitória da Conquista

Foi solicitado aos sujeitos que avaliassem como se desenvolveu a dimensão da qualificação profissional do Projovem Urbano na cidade de Vitória da Conquista. Algumas respostas⁶ deram pistas sobre a sua execução: os educadores e a coordenadora executiva apontaram como o maior problema a falta de estrutura física e de maquinários para a realização das aulas práticas dos arcos ocupacionais, em especial os de “Construção e Reparos I” e “Alimentação”. Segundo os educadores,

⁶ Todos os nomes das pessoas entrevistadas são fictícios e as falas estão reproduzidas com o recurso de itálico.

essa dimensão não surtiu muito efeito, pois não aconteceu a contento. Contraditoriamente, o diretor-presidente da ADTR e a coordenadora pedagógica, ambos gestores do Programa na segunda etapa, apontaram como ponto positivo justamente essa dimensão, acreditando ter cumprido seus objetivos, além de indicarem a qualificação profissional como possibilidade de geração de emprego e renda.

A seguir, as falas dos sujeitos quanto ao oferecimento das referidas aulas:

[...] meus alunos em Educação, na segunda etapa, não tiveram livros, daí eles criaram livros, o livro de literatura. Na formação técnica tem um material em que eles montaram maquetes, as coisas que eu tinha doava para eles, fazia sempre um planejamento para as coisas ficarem mais baratinhas (educadora Rosa).

Eu acho, também, que a parte de qualificação profissional ainda possui uma defasagem grande. [...] Alguns cursos de qualificação profissional que não oferecem na prática mesmo não tem material, e na alimentação também não tem nada (educadora Orquídea).

Percebe-se a falta de material, referida pela educadora Rosa ao sinalizar que seus alunos não receberam o livro do Arco Ocupacional de Educação, e a constatação da educadora Orquídea de que a parte prática da qualificação não aconteceu por falta de estrutura e material. Diante disso, percebe-se a necessidade do poder executivo local em avaliar melhor quais são os arcos que o município realmente tem condições de oferecer; além disso, a Coordenação Nacional, por meio do Governo Federal, deve rever a política de descentralização. Isso porque o descomprometimento de financiamento das políticas públicas sociais produzem uma participação dos governos municipais, que muitas vezes não têm como arcar com essa responsabilidade.

Quanto aos arcos ocupacionais, segundo a coordenação local, foram escolhidos pela gestão municipal, representada pelo diretor-presidente da ADTR. Na primeira etapa (2008/2010), segundo consta, a escolha dos arcos levou em consideração a base econômica do município

e a oferta de estrutura para execução das aulas práticas, mediante núcleo de economia popular e centro de qualificação profissional, em implementação na ADTR. Na prefeitura, existia um núcleo de lapidação e outro de vestuário, ambos em implementação. O arco de construção e reparos foi escolhido devido à grande demanda do setor no município.

A segunda etapa (2010/2011), segundo o diretor-presidente da ADTR da época, foi feita com base na experiência anterior do programa, em que alguns arcos foram mantidos em virtude das demandas do mercado de trabalho no município, e outros foram retirados e substituídos.

A seguir, no Quadro 1, estão elencados como os arcos ocupacionais foram distribuídos nas suas respectivas etapas.

Quadro 1: Arcos ocupacionais escolhidos pelo município de Vitória da Conquista.

Arco ocupacional 1ª etapa (2008/2010)	Arco ocupacional 2ª etapa (2010/2011)
Administração	Alimentação
Alimentação	Construção e Reparos I
Construção e Reparos I	Educação
Joalheria	
Vestuário	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Na análise desse quadro, apesar de os arcos da primeira e os da segunda etapa serem de gestores diferentes, as escolhas se basearam nos mesmos indicadores: as demandas do mercado de trabalho local. Na fala do diretor-presidente da ADTR, percebe-se como se deu essa escolha:

A definição dos arcos sempre levou em consideração a realidade local, os níveis de desenvolvimento local e aqueles setores que eram melhores, mais adequados a esses níveis de desenvolvimento. É lógico que, como o programa tinha uma limitação de recursos, era necessário que a implantação dos arcos tivesse

também, como foco, essa limitação de recursos, ou seja, cursos com maior demanda estrutural, assim eles iriam ter maior dificuldade de execução.

*O arco de **Administração** incluía o comércio e o setor de serviços. **Educação** tinha um foco principalmente em creches e em setores vinculados ao auxílio administrativo dentro da educação. **Alimentação** poderia tanto ser para o mercado formal como para geração de renda – muitas pessoas, inclusive, produziam salgados, vendiam para lanchonetes. E o de **Construção** serviu para o mercado formal, mas também aqueles casos em que a pessoa optava por atuar de forma individual, ou seja, todas essas áreas [...] estão em franco desenvolvimento. Observou-se essa característica do desenvolvimento da economia local e das possibilidades de inclusão no mercado produtivo dentro da estrutura econômica do município.*

Nota-se, assim, que a gestão local não se preocupou em fazer uma consulta aos jovens do município para saber a opinião deles em relação à ocupação que gostariam de aprender, delegando essa função ao mercado e às limitações da gestão na execução do programa. Nesse sentido, corroboram-se as ideias de Pais (1991) ao se referir à necessidade de se conhecer as reais demandas desse público, já que esses dão sentidos diferenciados ao trabalho. Não sondar o jovem contradiz a própria noção de juventude e educação que é apresentada pelo PPI: a educação deve organizar seu projeto pedagógico em prol da realidade do aluno, e ninguém melhor do que o próprio jovem para apresentar tal realidade. Essa visão de educação revela uma perspectiva mercadológica que condiciona os objetivos educacionais às exigências do mercado.

Exemplo disso é o que relata a coordenadora executiva da segunda etapa quando questionada sobre a escolha dos arcos: “foi uma demanda necessária, eles pensaram só na demanda necessária para o município” e, quando perguntada se houve alguma pesquisa com os jovens, ela respondeu: “pesquisa não foi feita porque não deu tempo, não teve tempo hábil para isso”.

O diretor-presidente da ADTR, por sua vez, apresentou a concepção de qualificação profissional do programa como uma

possibilidade de geração de renda e classificou o que seria trabalho para homem e trabalho para mulher:

As turmas com maioria de homens iam para construção civil, por exemplo. As turmas muito femininas se concentravam em áreas que a gente percebia, no questionário socioeconômico e no contato com as famílias, que não davam espaços para inclusão no mercado de trabalho, mas havia possibilidade de geração de renda e também no caso das famílias dos vetores de desenvolvimento das cidades, que sempre foram observados onde estava[m] gerando mais empregos.

A análise dos arcos permitiu a percepção de alguns aspectos: primeiro, são ocupações que necessitam de pouca escolaridade e pouca qualificação, que pagam pouco e exigem um esforço mais físico do que intelectual; segundo, existem questões de gênero, ou seja, concepção de trabalho para homem e para mulher; terceiro, em Vitória da Conquista cada núcleo possuía um ou dois arcos ocupacionais, os quais foram escolhidos a partir da estrutura econômica do município, entretanto os jovens eram obrigados a participarem do arco que era oferecido no núcleo no qual eram matriculados, geralmente o mais próximo da sua residência. Essa impossibilidade de escolha do arco ocupacional é uma questão que precisa ser repensada pela gestão local, caso contrário pode ser mais um motivo para que a evasão aconteça.

Ao analisar a relação dos arcos ocupacionais que constam na Classificação Brasileira de Ocupações/MTE, observa-se que tais ocupações coadunam com o que Pais (1991) classifica como periferização dos jovens em torno do mercado de trabalho secundário, já que a falta de emprego os levam a procurar trabalhos nos setores subalternos da economia.

Segundo Frigotto (2004, p. 211),

Os jovens que tem [sic] trabalho precoce, de baixa qualidade e remuneração, pouca escolaridade e de baixa qualidade são fatos que se correlacionam

fortemente, mas um não explica o outro, e também não podem ser tomados um como solução do outro.

Isso implica dizer que é falsa a premissa liberal de que o jovem está fora do mercado de trabalho porque não é qualificado e não é qualificado porque está fora da escola. Também é falso o discurso ideológico de que a escola proporciona a mobilidade social, já que ela não tem a capacidade de garantir o emprego. Mais grave ainda é culpar o jovem pobre por ter baixa escolaridade e por isso se encontra desempregado. Essa individualização do fracasso escolar e da inserção profissional mascara a estrutura social geradora de desigualdade. Corrobora-se com Frigotto (2004), quando ele afirma que é preciso pensar em políticas redistributivas e de caráter emancipatório de grupos excluídos e que busquem atacar os problemas estruturais. Nesse aspecto, o Projovem é uma política focalizada de cunho assistencialista, que ataca de forma superficial os efeitos da desigualdade.

Contraditoriamente, as falas do diretor-presidente da ADTR e da coordenadora pedagógica, quanto à dimensão da qualificação profissional, apresentam outra realidade não percebida pelos demais sujeitos entrevistados. Em relação à dificuldade apontada pelos outros atores, o diretor-presidente da ADTR relatou:

O fato é que houve dificuldades com a aquisição de materiais, houve alguns atrasos que dificultaram a execução das atividades, mas também é fato que as aulas foram dadas, os alunos foram, tiveram aula, foram avaliados e aprovados. Então isso, do ponto de vista da gestão, permite acreditar que as atividades desenvolvidas atingiram o seu objetivo, tanto que muitas pessoas, inclusive, foram incorporadas ao mercado de trabalho, isso aponta também que houve níveis de resultados satisfatórios nesse processo.

Na concepção dele, se os professores ministraram aulas, fizeram atividades, registraram frequência, fizeram avaliações, do ponto de vista da gestão, a dimensão aconteceu. Com isso, ele responsabiliza os professores da qualificação profissional pelo sucesso ou fracasso dessa dimensão. Isso parece, no mínimo, injusto, tendo em vista que, como

relatado pela educadora Rosa, os professores planejavam atividades que tivessem um custo menor, pois na maioria das vezes eles mesmos arcavam financeiramente com o material utilizado nas aulas. Responsabilizar o professor não tira a responsabilidade do gestor municipal, quem, em sua função, deve trabalhar para que a parte pedagógica seja realizada com qualidade, isto é, a função do administrativo é trabalhar em prol do pedagógico.

O diretor-presidente da ADTR ainda afirmou que a qualificação profissional foi o que de mais positivo aconteceu no Projovem Urbano no município:

*Acho que talvez o que tenha tido **mais positivo nesse programa**, inclusive, foi essa vinculação entre a educação e a capacitação para o mercado de trabalho. Na minha opinião, esse **foi um aspecto que funcionou muito bem**, que permitiu tanto que os jovens melhorassem a condição educacional como também que eles buscassem, se qualificassem para o mercado de trabalho (ênfases nossos).*

O que se vê é que tanto ele quanto a coordenadora pedagógica apresenta um discurso político que nada tem a ver com a real situação dos cursos ministrados nas aulas de qualificação profissional, conforme foi relatada pelos demais sujeitos da pesquisa. As afirmações desses gestores revelam uma concepção de trabalho dentro da lógica neoliberal, pautada na teoria do capital flexível, em que a escolarização e a qualificação são precárias e apontam, dessa forma, para uma inserção produtiva em postos de trabalhos precários, com baixa remuneração e que demandam pouca escolaridade. Nas palavras dos gestores:

Quanto à alimentação, temos diversos exemplos de jovens que deram continuidade, que, na época, comprou um carrinho de cachorro-quente, e outro de pipoca, outro montou uma fabricazinha de biscoitos, outro de salgados, outro faz bolos (coordenadora pedagógica).

Foi um aspecto muito interessante, já que os alunos atuavam nas diversas áreas dos arcos ocupacionais. Isso possibilitou que eles fossem realmente reinseridos

no mercado de trabalho, seja no mercado formal ou ingresso no mercado informal (diretor-presidente da ADTR).

Esses relatos revelam que a educação tem a função apenas de preparação para o mercado de trabalho, uma pedagogia adequada ao projeto social da globalização e que objetiva “uma domesticação das massas”, reduzindo a responsabilidade do cidadão ao “trabalho bem-feito” e que não estimule uma visão crítica da realidade, que o convença de que a atividade política é ofício de especialistas (FRIGOTTO, 2004, p. 197).

Sobre a relação entre juventude e trabalho, Pais (1991) reconhece que o trabalho é hoje significativo para o jovem e que o desemprego tem sido um aspecto marcante do segmento juvenil. Porém, esse mesmo autor alerta para o fato de que o trabalho, o emprego e o desemprego têm para os jovens diferentes sentidos. Para justificar a dificuldade de inserção profissional enfrentada pelo jovem, Pais (1991) aponta algumas teses: a inadequação da escola ao mercado de trabalho justifica o desemprego pela falta de preparação do jovem para o mercado de trabalho; a argumentação que o jovem tem dificuldade de se adaptar às rotinas pesadas de trabalho e, por isso, muitos não conseguem permanecer no emprego. Para Pais (1991), ambas não conseguem explicar a questão do desemprego juvenil, pois são homogeneizantes e generalistas. De acordo com esse autor, uma defesa menos assertiva foi desenvolvida para explicar o desemprego juvenil: a das **reações diferenciadas dos jovens em relação ao trabalho**, segundo a qual um conjunto diversificado de fatores externos (mercado de trabalho, estruturas de oportunidades) e fatores internos (questões familiares, valores) é responsável pela trajetória produtiva dos jovens.

Nesse sentido, a fala da educadora Rosa confirmou o pensamento de Pais (1991): ela afirmou ter feito uma pesquisa com seus alunos e eles apresentaram percepções diferentes quanto ao valor do trabalho:

em relação ao trabalho, muitos querem trabalhar, outros não. Eu fiz uma pesquisa com os meus alunos e a maioria não gostava de trabalhar, a maioria achava que trabalho não era interessante.

Isso demonstra que o significado do trabalho, na visão liberal de “obrigação cumprida”, não tem tanto significado para uma parcela da juventude. Segundo Guimarães (2005), esta ética liberal do trabalho está sendo substituída pela “estética do trabalho”. Para essa autora, o importante, na realidade, é pesquisar sobre qual a realidade local em que esses jovens estão inseridos e saber deles mesmos o que querem, como pretendem traçar sua trajetória laboral. Fazer conjecturas sem dialogar com os envolvidos, a fim de decidir seu futuro profissional, pode causar frustrações e equívocos.

Conclusão

Conforme apontam Sposito, Silva e Souza (2006), as políticas de juventude sempre estão subordinadas à questão social, na medida em que estas não nascem com base na constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil moderna, incluindo sua diversidade e uma concepção ampliada de direitos, e sim surge como um aspecto da questão social. Isso pode ser constatado quando se observa que o Projovem é um programa emergencial, de inclusão social, que tem como público-alvo jovens pobres, excluídos do sistema educacional e do mercado de trabalho.

Os programas destinados a eles, socialmente vulneráveis, são compatíveis com a imagem do jovem como fonte e vítima de problemas sociais e, ao mesmo tempo, como protagonistas do desenvolvimento de sua comunidade, tarefa direcionada àquele na intervenção pensada para a melhoria das condições de vida de sua comunidade, ou seja, o protagonismo juvenil (SPOSITO; SILVA; SOUZA, 2006). Esses programas e projetos estimulam o protagonismo juvenil como possibilidade de desenvolvimento de sua autonomia por meio da criação de espaços e

de situações propiciadoras de sua participação criativa, construtiva e solidária.

No entanto, ainda de acordo com Sposito, Silva e Souza (2006), embora se reconheça o potencial juvenil, são visíveis seus limites: a homogeneidade em relação ao comportamento frente à mudança, a responsabilização das mudanças sociais como se os adultos não precisassem lhes dar as garantias para tais atitudes e, por fim, a responsabilidade da difícil tarefa de transformação social, ao mesmo tempo de sua não identificação como sujeito de direitos dessa mesma sociedade.

Em conformidade com as ideias de Sposito, Silva e Souza (2006), parece que o Projovem Urbano está mais interessado em utilizar os jovens como principal motor de desenvolvimento econômico e social do que necessariamente reconhecê-los como cidadãos com direitos que necessitam ser garantidos. Isso pode ser observado na própria proposta pedagógica do Programa, que prevê ações na sua comunidade em uma tentativa de desresponsabilização do Estado e responsabilização da sociedade civil (dos jovens, nesse caso) pelos problemas sociais que afetam sua coletividade. Não seria uma proposta dos “amigos do bairro”?

Outra questão diz respeito ao incentivo ao cooperativismo e associacionismo constatado tanto no material didático dos arcos ocupacionais quanto naquele utilizado na Formação Técnica Geral (FTG). Ele é baseado na cultura do empreendedorismo: um reflexo do capitalismo flexível. Segundo Harvey (1992 apud PAULA, 2005, p. 37-38) “este movimento se consolidou por meio da criação de um código de valores e condutas que orienta a organização das atividades de forma a garantir controle, eficiência e competitividade máximos”. No imaginário social, o cooperativismo e o associativismo são possíveis fontes alternativas de renda para minimizar a crise do desemprego que assola especialmente o segmento juvenil.

As políticas públicas de juventude que objetivam a qualificação profissional apresentam mediações entre as propostas educativas e a realidade do trabalho no âmbito da acumulação flexível (KUENZER,

2006). Para Frigotto (2004), essa pedagogia das competências inculca nos indivíduos a percepção de que o problema depende de cada um, trata-se de adquirir o pacote de competências que o mercado exige para o novo cidadão produtivo.

Conclui-se que existe, portanto, a necessidade de políticas de inclusão, em virtude da realidade de desigualdade que assola toda a sociedade brasileira e, especialmente, o segmento juvenil. Dessa forma, o Projovem Urbano surgiu para amenizar tais desigualdades, proporcionando ao jovem a possibilidade de inserção social, educacional e profissional. Porém, reitera-se a necessidade de realização de outras políticas redistributivas que sejam capazes de atacar a desigualdade em suas raízes.

Referências

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Prol Gráfica, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 1977. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/179042926/Analise-de-Conteudo-Bardin-Laurence-pdf#scribd>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

BOURDIEU, P. A “juventude” é só uma palavra. In: _____. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Sociedade Unipessoal, 2003.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Balanço SNJ 2011**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <www.juventude.gov.br/documentos/balanco-2011-snj>. Acesso em: 03 jun. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília,

2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 03 jun. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.557 de 5 de outubro de 2005**. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem instituído pela Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 e dá outras providências. Brasília, 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5557.htm>. Acesso em: 13 jan. 2015.

_____. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008. Disponível em: <www.Projovemurbano.gov.br>. Acesso em: 27 maio 2013.

CARRANO, P. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, set./dez., n. 24, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (orgs.). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

GUIMARÃES, N. A. Trabalho: categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, ed. esp., p. 877-910, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventude es más que una palabra! In: MARGULIS, M. **La juventude es más que una palabra!** Espanha: Biblos, 1996. Disponível em: <http://perio.unlp.edu.ar/teorias/index_archivos/margulis_la_juventud.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Revista Análise Social**, v. XXV, p. 139-165, 1990. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. **Revista Análise Social**, v. XXVI, p. 945-987, 1991. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/Emprego_juvenil_e_mudanca_social_modos_de_vida.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de. Introdução. In: _____. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

SPOSITO, M. P.; SILVA, H. H. de C.; SOUZA, N. A. de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32 maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a04v11n32.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

WAISELFISZ, J. J. **Homicídios e juventude no Brasil**: mapa da violência 2013. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf> Acesso em: 10 jan. 2015.